

Demonstrações Financeiras

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	6
Demonstração dos resultados.....	7
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Adoção ao CPC 47 – Receita de contrato com cliente

Chamamos a atenção para a nota 4.1 às demonstrações financeiras, que descreve os impactos relacionados à adoção do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, sendo os principais efeitos o reconhecimento de um ativo de contrato (anteriormente classificado como ativo financeiro) no montante de R\$8.491.001.865 e ajuste ao prejuízo acumulado no montante de R\$143.682.709. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota 3.2 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$8.491.001.865.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gláucio Dutra da Silva', is written over the printed name and registration number.

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	447.486.821	135.522.647
Despesas antecipadas		1.169.005	1.183.126
Impostos a recuperar		9.427.317	4.115.702
Adiantamentos a fornecedores e empregados		4.702.337	10.237.249
Ativo de concessão (contratual)	7.1	89.182.980	-
		<u>551.968.460</u>	<u>151.058.724</u>
Não circulante			
Despesas antecipadas		186.889	1.308.220
Depósitos judiciais e cauções		108.000	69.000
Impostos a recuperar		-	7.397.593
Ativo de concessão (financeiro)	7	-	2.405.702.130
Ativo de concessão (contratual)	7.1	8.401.818.885	-
Imobilizado		1.728.441	1.004.853
Intangível		251.265	251.265
		<u>8.404.093.480</u>	<u>2.415.733.061</u>
Total do ativo		<u>8.956.061.940</u>	<u>2.566.791.785</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	498.340.931	349.608.668
Empréstimos e financiamentos	9	-	578.492.519
Tributos e contribuições sociais		10.905.822	9.954.623
Salários e encargos sociais	10	14.805.447	12.608.554
		<u>524.052.200</u>	<u>950.664.364</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	3.608.475.878	-
Empréstimos - partes relacionadas	9	1.263.488.303	-
Tributos diferidos	11	1.305.096.183	223.634.123
Outras contas a pagar		104.759	104.759
		<u>6.177.165.123</u>	<u>223.738.882</u>
Patrimônio líquido	12		
Capital social		2.771.001.000	1.971.001.000
(-) Capital a integralizar		(480.000.000)	(405.550.000)
Prejuízos acumulados		(36.156.383)	(173.062.461)
		<u>2.254.844.617</u>	<u>1.392.388.539</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>8.956.061.940</u>	<u>2.566.791.785</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Expressas em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	13	5.459.397.035	1.589.940.258
Custo da operação	14	<u>(4.793.829.467)</u>	<u>(1.664.246.099)</u>
Lucro bruto		<u>665.567.568</u>	<u>(74.305.841)</u>
Despesas			
Gerais e administrativas	15	(22.083.230)	(25.174.904)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas		<u>1.018.606</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>644.502.944</u>	<u>(99.480.745)</u>
Resultado financeiro	16	<u>(235.787.664)</u>	<u>(14.194.752)</u>
Receitas financeiras		32.108.539	17.754.323
Despesas financeiras		<u>(267.896.203)</u>	<u>(31.949.075)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>408.715.280</u>	<u>(113.675.497)</u>
Imposto de renda e contribuição social	17	<u>(415.491.911)</u>	<u>(29.936.906)</u>
Corrente		-	(456.390)
Diferido		<u>(415.491.911)</u>	<u>(29.480.516)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(6.776.631)</u>	<u>(143.612.403)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Expressas em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo do exercício	(6.776.631)	(143.612.403)
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>(6.776.631)</u>	<u>(143.612.403)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Expressas em reais)

	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	543.001.000	-	-	(29.450.058)	513.550.942
Aumento de capital conforme AGE de 13 de março de 2017	714.000.000	(714.000.000)	-	-	-
Integralização de capital em 24 de março de 2017	-	54.500.000	-	-	54.500.000
Integralização de capital em 27 de março de 2017	-	30.000.000	-	-	30.000.000
Integralização de capital em 20 de abril de 2017	-	65.000.000	-	-	65.000.000
Integralização de capital em 25 de abril de 2017	-	63.000.000	-	-	63.000.000
Integralização de capital em 30 de outubro de 2017	-	90.000.000	-	-	90.000.000
Integralização de capital em 1º de novembro de 2017	-	63.000.000	-	-	63.000.000
Integralização de capital em 16 de novembro	-	230.000.000	-	-	230.000.000
Integralização de capital em 30 de novembro	-	118.500.000	-	-	118.500.000
Aumento de capital conforme AGE de 30 de novembro de 2017	714.000.000	(714.000.000)	-	-	-
Aporte de capital em 30/11/2017	-	308.450.000	-	-	308.450.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(143.612.403)	(143.612.403)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.971.001.000	(405.550.000)	-	(173.062.461)	1.392.388.539
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018	-	-	(143.682.709)	143.682.709	-
Absorção do prejuízo, efeito em 1º de janeiro de 2018	-	-	143.682.709	-	143.682.709
Integralização de capital em 15 de janeiro de 2018.	-	183.000.000	-	-	183.000.000
Aumento de capital conforme AGE de 02 de fevereiro de 2018	800.000.000	(800.000.000)	-	-	-
Integralização de capital em 08 de fevereiro de 2018.	-	284.550.000	-	-	284.550.000
Integralização de capital em 09 de março de 2018	-	258.000.000	-	-	258.000.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.776.631)	(6.776.631)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.771.001.000	(480.000.000)	-	(36.156.383)	2.254.844.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Expressas em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro /(prejuízo) do exercício antes dos impostos	408.715.281	(113.675.497)
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros das debêntures	156.975.357	28.492.519
Amortização de despesas antecipadas	1.135.452	1.059.538
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Ativo financeiro amortizável	-	(1.922.866.222)
Ativo contratual amortizável	(5.832.114.345)	-
Depósitos judiciais e cauções	(39.000)	(33.000)
Impostos a recuperar	2.085.978	(10.895.571)
Adiantamentos a fornecedores e empregados	5.534.913	(9.776.168)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	148.732.263	325.427.832
Juros pagos	(150.008.696)	-
Tributos e contribuições sociais	557.418.665	169.946.997
Salários e encargos sociais	2.196.894	9.318.407
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(4.699.367.238)	(1.523.001.165)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(723.588)	(796.840)
Aquisição de ativo intangível	-	(251.265)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(723.588)	(1.048.105)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	725.550.000	1.022.450.000
Empréstimo captados	7.186.505.000	550.000.000
Empréstimo pagos	(2.900.000.000)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	5.012.055.000	1.572.450.000
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	311.964.174	48.400.730
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	135.522.647	87.121.917
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	447.486.821	135.522.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

1. Informações gerais

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“Sociedade” ou “XRTE”), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Sociedade tem a sua sede na Avenida Presidente Vargas, nº 955 - 13º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro e é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH” ou “Grupo SGBH”), que é subsidiária da State Grid Corporate of China (“SGCC”), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

Em 17 de julho de 2015, a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 007/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$988.030.985, deságio de 19% frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 22 de outubro de 2015 e prevê entrada em operação até dezembro de 2019.

Em 20 de Novembro de 2018, a Sociedade assinou o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão nº 07/2015 – ANEEL, alterando o parcialmente o objeto do contrato no que se refere a Linha de Transmissão em 500 kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu e atualizando a receita anual permitida para R\$983.584.406, a preços de março de 2015.

O projeto da Sociedade consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro:

- (i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800 kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo.
- (ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/-75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares.
- (iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800 kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo.
- (iv) Linha de transmissão em corrente contínua em ± 800 kV entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.534km com um cabo de para-raios em fibra óptica.
- (v) Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu, em circuito duplo, com extensão aproximada de 30km.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

- (vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 18 de março de 2018.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual foram de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

2.3. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.4. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.5. Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses.

Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Ativo de Concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.3 Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

3.4 Ativo intangível

É avaliado com vida útil definida, mensurado ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

3.5 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.6 Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças tributáveis temporárias, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

3.7 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

3.9 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.10 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.11 Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.12 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.13 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

3.14. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4 Principais mudanças nas práticas contábeis

4.1. Pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contratos com clientes: A Companhia adotou o CPC 47 usando método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.2 concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionada ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o contas a receber da implementação da infraestrutura. Até então classificado como ativo financeiro, e cujo o saldo totalizava R\$ 2.405.702.130 em 1º de janeiro de 2018, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de 2.658.887.521. A diferença nos critérios de mensuração no montante de R\$ 143.682.709 foi contabilizada diretamente em lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários. A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

	Ref	Impacto da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018
Lucros acumulados		
Ativo contratual	(i)	253.185.391
Impostos diferidos relacionados		(109.502.682)
Impacto em 1º de janeiro de 2018		143.682.709

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste exercício em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	<u>2018</u>	<u>Ref</u>	<u>2018</u>	<u>2018</u>
	(Valores sem adoção do CPC 47/IFRS 15)		Ajustes	(Conforme apresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Ativo de concessão (financeiro)	-		-	-
Ativo de concessão (contratual)	-		-	-
Demais ativos circulantes não impactados	462.785.4800		-	462.785.480
	<u>462.785.480</u>		-	<u>462.785.480</u>
Ativo não circulante				
Ativo de concessão (financeiro)	7.587.149.280	(i)	(7.587.149.280)	-
Ativo de concessão (contratual)	-	(i)	8.491.001.865	8.491.001.865
Demais ativos não circulantes não impactados	2.274.595		-	2.274.595
	<u>7.589.423.875</u>		<u>903.852.585</u>	<u>8.493.276.460</u>
Total do ativo	<u><u>8.052.209.355</u></u>		<u><u>903.852.585</u></u>	<u><u>8.956.061.940</u></u>

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste exercício em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	<u>2018</u>	Ref	<u>2018</u>	<u>2018</u>
	(Valores sem a adoção do CPC 47)		Ajustes	(Conforme apresentado)
Passivo				
Passivo circulante	524.052.200		-	524.052.200
Total do passivo circulante	<u>524.052.200</u>		-	<u>524.052.200</u>
Passivo não circulante				
Impostos diferidos	914.179.939	(ii)	390.916.244	1.305.096.183
Demais passivos não circulantes não impactados	4.872.068.940		-	4.872.068.940
	<u>5.786.248.879</u>		<u>390.916.243</u>	<u>6.177.165.123</u>
Patrimônio líquido				
Demais itens do patrimônio líquido não impactados	2.291.001.000		-	2.291.001.000
Prejuízos Acumulados	(549.092.725)	(iii)	512.936.342	(36.156.383)
	<u>1.741.908.276</u>		<u>512.936.342</u>	<u>2.254.844.617</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>8.052.209.355</u>		<u>903.852.585</u>	<u>8.956.061.940</u>

	(Valores sem a adoção do CPC 47)	Ajustes	(Conforme apresentado)
Receita operacional líquida	4.868.916.556	(590.480.479)	5.459.397.035
Demais custos operacionais e administrativos	(5.050.681.755)	-	(5.050.681.755)
Imposto de renda e contribuição social	(194.265.065)	(221.226.846)	(415.491.911)
Prejuízo líquido do exercício	<u>(376.030.264)</u>	<u>(369.253.633)</u>	<u>(6.776.631)</u>

- (i) Implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 4.1
- (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo contratual
- (iii) Efeitos dos ajustes que foram refletidos no patrimônio líquido

4.2 Pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

A Companhia adotou a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores. Não foram observados efeitos relevantes.

5 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e depósitos bancários	416.747	194.800
Aplicações financeiras	<u>447.070.074</u>	<u>135.327.847</u>
	<u>447.486.821</u>	<u>135.522.647</u>

As aplicações financeiras, classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, são do tipo CDB, remuneradas pelo CDI.

7 Ativo de concessão (financeiro)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	-	482.835.908
Adições	-	<u>1.922.866.222</u>
Saldo final	<u>-</u>	<u>2.405.702.130</u>
Saldo em 31 de janeiro de 2017		2.405.702.130
Adoção inicial CPC 47 (transferência para ativo contratual) (i)		<u>2.405.702.130</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2018		-

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

- (i) Os saldos referentes aos ativos financeiros da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2018, passaram a ser reconhecidos no balanço como ativo de concessão contratual, conforme detalhado na nota 4.1.

7.1. Ativo de concessão (contratual)

Segue composição do ativo de concessão contratual:

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

Adoção inicial CPC 47 (transferência do ativo financeiro)	2.405.702.130
Adoção inicial CPC 47 (impacto nos impostos diferidos relacionados)	109.502.682
Adoção inicial CPC 47 (impacto no patrimônio líquido)	143.682.709
Saldo em 01 de janeiro de 2018	2.658.887.521
Realização e remuneração do ativo contratual	5.832.114.344
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.491.001.865
Circulante	89.182.980
Não Circulante	8.401.818.885

Conforme mencionado na nota explicativa 4.1, a Companhia adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. O impacto da adoção inicial resultou no registro de R\$ 253.185.391 com aumento no ativo contratual em contrapartida ao patrimônio líquido. A Companhia não identificou necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo contratual em 31 de dezembro de 2018.

A Sociedade reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Sociedade para remunerar o ativo financeiro reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento.

A concessão da linha de transmissão de energia da Sociedade é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

8 Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores relacionados à construção	212.947.150	257.346.977
Fornecedores relacionados à construção - partes relacionadas	264.891.120	90.976.622
Prestadores de serviços	15.528.511	114.373
Gastos ambientais e fundiários	1.292.686	833.099
Outros	3.681.464	337.597
Saldo final	498.340.931	349.608.668

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

9 Empréstimos e financiamentos

a) Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	31/12/2018	31/12/2017
Debêntures - Série única	105% da Taxa DI	-	578.492.519
Financiamento - BNDES	TLP (IPCA + 3,10%) + 2,52%	3.608.475.878	-
		3.608.475.878	578.492.519

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	578.492.519	-
Emissão de Debêntures	2.350.000.000	550.000.000
Emissão de Financiamento	3.606.505.000	-
Juros provisionados	124.938.649	28.492.519
Pagamento de principal e juros	(3.051.460.290)	-
	3.608.475.878	578.492.519

A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures, emitidas em 25 de maio de 2017, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária, como vencimento e quitação para 20 de maio de 2018, postergada para 2 de abril de 2019 e a remuneração alterada de 104,5% da taxa DI para 105% da taxa DI.

Em 15 de março de 2018, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária, com vencimento em 29 de março de 2019. Em 06 de setembro de 2018 a Companhia realizou a quinta emissão de debêntures em duas séries, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária, e com vencimentos em 6 de março de 2019 e 06 de setembro de 2019.

Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como interveniente. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.550.000,00 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) x 2,52% e com prazo de amortização de 24 anos.

Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505.000,00 (Três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

9 Empréstimos e Financiamentos Parte relacionadas

b) Os empréstimos e financiamentos a Partes Relacionadas são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	31/12/2018	31/12/2017
Debêntures - Série única	108% da Taxa DI	453.771.147	-
Debêntures - Série única	108% da Taxa DI	809.717.156	-
		1.263.488.303	-

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	-	-
Emissão de debêntures	1.230.000.000	-
Juros provisionados	33.488.303	-
	1.263.488.303	-

Em 16 de julho de 2018, a Companhia realizou a terceira emissão de debêntures com a sua controladora (SGBH) composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária com vencimento em 30 de abril de 2020 no montante de R\$ 440.000.000,00 (Quatrocentos e quarenta milhões de reais). Em 02 de agosto de 2018, a Companhia realizou a quarta emissão de debêntures com a sua controladora (SGBH) composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária com vencimento em 30 de abril de 2020 no montante de R\$ 790.000.000,00 (Setecentos e noventa milhões de reais).

10 Salários e encargos sociais

	2018	2017
Férias	3.463.904	2.285.563
Tributos retidos na fonte sobre salários	800.762	758.667
Encargos sociais a pagar	5.167.117	6.525.962
Bônus	5.373.664	3.038.362
Saldo final	14.805.447	12.608.554

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

11 Tributos diferidos passivos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
PIS diferido	137.387.954	33.948.630
COFINS diferido	632.817.240	156.369.449
Imposto de renda diferido	393.302.197	24.497.091
Contribuição social diferida	141.588.792	8.818.953
	<u>1.305.096.183</u>	<u>223.634.123</u>

Os saldos são referentes a: (i) registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão que será realizado na proporção das operações, considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão; e (ii) PIS e COFINS sobre a receita de construção (registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção) cuja realização será de acordo com o recebimento da receita da referida obras (ativo imobilizado da concessão).

12 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 07 de março de 2016 foi aprovado o aumento de capital em R\$34.000.000, mediante a emissão de 34.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 29 de abril de 2016 houve aumento de capital em R\$466.000.000, mediante a emissão de 466.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 03 de novembro de 2016 houve aumento de capital em R\$23.000.000, mediante a emissão de 23.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 13 de março de 2017 houve aumento de capital R\$714.000.000, mediante a emissão de 714.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 30 de novembro de 2017 houve aumento de capital R\$714.000.000, mediante a emissão de 714.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas parcialmente, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 02 de fevereiro de 2018 houve aumento de capital R\$800.000.000, mediante a emissão de 800.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas parcialmente, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e parcialmente integralizado da Sociedade é de R\$2.771.001.000 (R\$1.971.001.000 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 2.771.001.000 (1.971.001.000 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

SGBH	99,99%
<i>International Grid Holding Limited</i>	0,01%
	100%

b) Prejuízo acumulado

A Lei nº 6.404/76, no parágrafo único do art. 189, determina que o prejuízo do exercício seja apresentado na conta de prejuízos acumulados e deverá obrigatoriamente ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucro e pela reserva legal, nessa ordem. A Sociedade não possui reservas de lucro a serem absorvidas.

Em 31 de dezembro de 2018, o prejuízo acumulado da Sociedade é de R\$ (36.156.383)
(R\$173.062.461 em 31 de dezembro de 2017).

13 Receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional bruta		
Remuneração do ativo de concessão	587.182.757	86.707.400
Receita de construção	5.428.681.744	1.664.246.099
	6.015.864.501	1.750.953.499
Deduções da receita operacional		
PIS diferido	(99.261.764)	(28.721.281)
COFINS diferido	(457.205.702)	(132.291.960)
	(556.467.466)	(161.013.241)
Receita operacional líquida	5.459.397.035	1.589.940.258

14 Custo da operação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo de construção	(4.793.829.467)	(1.664.246.099)
Total do custo da operação	(4.793.829.467)	(1.664.246.099)

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

15 Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Pessoal	(12.007.156)	(13.520.175)
Honorários e encargos	(2.933.003)	(1.633.987)
Serviços de terceiros	(4.859.840)	(3.794.993)
Taxas de importação	-	(2.297.416)
Viagens	(1.462.652)	(3.626.657)
Outros	(820.579)	(301.676)
Total das despesas gerais e administrativas	(22.083.230)	(25.174.904)

16 Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	31.971.204	17.754.323
Outras	137.335	-
	32.108.539	17.754.323
Despesas financeiras		
PIS sobre aplicações financeiras	(208.703)	(115.403)
COFINS sobre aplicações financeiras	(1.284.329)	(710.173)
Multas e juros	(688.778)	(98.639)
IOF	(72.148.544)	(1.678.543)
Juros das debêntures	(155.004.479)	(28.492.519)
Juros do Financiamento	(1.970.878)	-
Comissão bancária	(17.257.558)	(821.132)
Outros	(19.332.934)	(32.666)
	(267.896.203)	(31.949.075)
Resultado financeiro	(235.787.664)	(14.194.752)

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

17 Imposto de renda e contribuição social

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	408.715.281	(113.675.497)
Alíquota nominal (34%)	<u>138.963.196</u>	<u>(38.649.669)</u>
Adições e exclusões não dedutíveis	(193.967)	637.556
Impostos diferidos ativos sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL não reconhecidos	80.862.681	4.838.285
Diferenças Temporárias	195.860.001	62.654.344
Alíquota Efetiva	<u>415.491.911</u>	<u>29.480.516</u>
Despesa de IRPJ	-	333.993
Despesa de CSLL	-	122.397
IRPJ diferido	305.508.758	21.676.850
CSLL diferida	<u>109.983.153</u>	<u>7.803.666</u>
	<u>415.491.911</u>	<u>29.936.906</u>

18 Meio ambiente

A Portaria nº 421/2011 estabelece procedimentos para o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica. Dentre eles, a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) com base no Termo de Referência emitido pelo órgão ambiental competente.

Os custos ambientais ocorridos no exercício estão diretamente relacionados à elaboração dos estudos ambientais, entre outras etapas do licenciamento relacionadas à obtenção da Licença de instalação conforme determinado pelo órgão regulador ambiental. O total de custos com meio ambiente no exercício de 2018 foi de R\$ 68.952.020 (R\$ 10.920.040 no exercício de 2017).

19 Seguros

A Sociedade possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Sociedade no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 007/2015-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública.

A garantia de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R\$700.000.000, com fim da vigência em 1º de março de 2020.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

20 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

<u>Partes relacionadas</u>	<u>Natureza de operação</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo circulante			
Outra contas a receber			
Nari Brasil Holding Ltda.	(a) Nota de débito	17.349.507	-
Nari Group Corporation Co Ltd.	(a) Nota de débito	209.396	-
XPTT Brasil Construção de Sistemas de Energia Elétrica Ltda.	(a) Nota de débito	6.664.324	-
		<u>24.223.227</u>	<u>-</u>
Passivo circulante			
Fornecedores			
China Electric Power Equipment and Technology Co.	(a) Serviços de construção	237.632.963	121.447.438
Nari Group Corporation	(a) Serviços de construção	27.214.037	50.878.986
XPTT Brasil Construção de Sistemas de Energia Elétrica Ltda.	(a) Serviços de construção	44.120	622.305
		<u>264.891.120</u>	<u>172.948.729</u>

(a) Referem-se aos saldos a pagar relacionados a prestação de serviço para a construção do projeto.

21 Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Sociedade é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Sociedade é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Sociedade, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

22 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	6	447.486.821	135.522.647
Ativo de concessão (financeiro) Curto Prazo	7.1	-	2.405.702.130
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2018	2017
Fornecedores	8	498.340.931	349.608.668
Empréstimos e financiamentos	9	4.871.964.181	578.492.519

23 Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Sociedade efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

A Sociedade faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

c) Risco de liquidez

A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Sociedade é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Sociedade por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Sociedade.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

24 Contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

Contingências possíveis (não provisionados)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cível	309.795.855	-
Trabalhista	107.421	-
Fiscal	600.336	-
	<u><u>310.509.612</u></u>	<u><u>-</u></u>

25 Gestão do capital

A Sociedade utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Sociedade monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

26. Eventos subsequentes

Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237.447,00 (Oitocentos e dezessete milhões duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES.